CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Departamento de Línguas Estrangeiras Aplicadas
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais

Matheus Oliveira de Andrade

O Movimento Zapatista como exemplo de Revolução Não Estadocêntrica

Trabalho de conclusão de curso

Rio de Janeiro
2021

Matheus Oliveira de Andrade

O Movimento Zapatista como exemplo de Revolução Não Estadocêntrica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, do Departamento de Línguas Estrangeiras Aplicadas do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Orientador: Alessandro Biazzi

Rio de Janeiro
2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

A554 Andrade, Matheus Oliveira de
O movimento zapatista como exemplo de revolução não estadocêntrica / Matheus Oliveira de Andrade — 2021.
26f. ; enc.

Projeto Final (Graduação) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.
Bibliografia : f. 25-26
Orientador: Alessandro Biazzi

1. Movimentos sociais – México. 2. Capitalismo. 3.Política internacional. 4. Ejército Zapatista de Liberación Nacional (México). I. Biazzi, Alessandro (Orient.). II. Título.

CDD 303.484

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

Dedico este trabalho à minha família e
aos meus amigos pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a todas as instituições pelas quais passei para chegar até o momento desta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Prof. Alessandro Biazzi, pela oportunidade de estudar e pesquisar algo essencialmente transformador.

Aos outros professores do curso que me encorajaram a fazer o intercâmbio na França.

Aos amigos da faculdade que me incentivaram durante toda jornada acadêmica.

À própria existência do curso Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, que me abriu muitas portas.

À minha família e amigos de plataformas virtuais, que durante a pandemia estiveram do meu lado.

Enfim, a todos que passaram pela minha vida e contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

A história da sociedade até os nossos
tempos é a história da luta de classes.
(MARX, Karl, 1848)

RESUMO

ANDRADE, Matheus Oliveira de. **O Movimento Zapatista como exemplo de Revolução Não Estadocêntrica**. 2021. 26. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2021.

A forma hegemônica de organização da atual política mundial no século XXI está centrada nos estados. No entanto, é necessário entender que essa organização não é eterna nem universal, se constituindo em um longo processo histórico, pelo qual diversos povos são apagados e subjugados. Este artigo tem por objetivo demonstrar como se dá a existência de uma comunidade anticapitalista; e questionar a finalidade do Estado burguês em sua missão de proteger seu povo. Para tal, precisou-se brevemente destacar a construção da autogestão dos indígenas no sul do México; e exemplificar através do zapatismo a constituição de outra modalidade social-administrativa que não a ocidental capitalista. O que se entendeu foi que o zapatismo não é um movimento separatista pois o anticapitalismo do movimento contrasta e se opõe a uma realidade mundial principalmente a respeito do trabalho, da vida social e do meio ambiente, cenários nos quais a maioria dos Estados estão inseridos.

Palavras-chave: Zapatismo. Capitalismo. México.

ABSTRACT

ANDRADE, Matheus Oliveira de. **O Movimento Zapatista como exemplo de Revolução Não Estadocêntrica.** 2021. 26. Trabalho de Conclusão de Curso - Federal Center of Technological Education Celso Suckow da Fonseca – Rio de Janeiro, 2021.

The hegemonic form of the of current world politics structure in the 21st century is centered on states. However, it is relevant to understand that this organization is neither eternal nor universal, but rather built through a long historical process, by which different peoples are erased and subdued. This article aims to demonstrate how an anti-capitalist community exists; and to question the purpose of the bourgeois state in its mission to protect its people. To this end, it was briefly necessary to highlight the construction of indigenous self-management in southern Mexico; and exemplify through zapatism the constitution of another social-administrative modality other than the western capitalist one. It was concluded that zapatism is not a separatist movement because the anti-capitalism of the movement contrasts and puts in check the world reality regarding work, social life and environment, scenarios in which most States are inserted.

Keywords: Zapatism. Capitalism. Mexico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 BREVE INTRODUÇÃO AO MOVIMENTO.....10
3 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA AUTOGESTÃO ZAPATISTA EM CHIAPAS, MÉXICO 14
4 O ANTICAPITALISMO 20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 23
REFERÊNCIAS.....25

1 INTRODUÇÃO

A forma hegemônica de organização da atual política mundial no século XXI está centrada nos estados. No entanto, é necessário entender que essa organização não é eterna ou universal, se constituindo em um longo processo histórico, de expansão de comunidades políticas europeias e de abolição gradativa do feudalismo no mundo para dar lugar à primeira forma, ainda incipiente, do capitalismo mundial. No percorrer da formação do que hoje se entende por Estado-nação, povos foram inteira ou parcialmente destruídos, subjugados ou inseridos no domínio de centros de poder, em detrimento de outras possibilidades políticas.

Tanto no caso da Inglaterra, com a submissão de escoceses, de galeses e principalmente de irlandeses, ou da Espanha, em que a autodeterminação principalmente dos bascos e dos catalães foi sufocada, os processos de centralização política e dominação continuam a enfrentar resistências e ter sua legitimidade questionada. Os processos mais tardios na Europa de formação de estados nacionais no século XIX, como o da Itália, onde as forças sociais do norte do país dirigiram e cooptaram as forças do sul em prol da unificação do país sob seus interesses; da Alemanha, sobre liderança da Prússia, e principalmente com a fragmentação dos antigos impérios no leste europeu e na região dos bálcãs, também representaram para o ordenamento internacional uma etapa de intensos conflitos e guerras em escala mundial para a estabilização da forma capitalista de produção e da soberania dos estados.

Nesse âmbito, a eliminação de centros rivais de poder, a disputa pela acumulação de riquezas e a forma de guerra assumida em regiões das Américas, da África, do Oriente Médio e da Ásia na expansão dos estados, do capitalismo mercantil e industrial europeu foi marcada por processos de extermínio civilizacional, domínio colonial e imperialista ainda mais intensos em barbárie e violência. Se, de fato, a difusão e ampliação do número de estados no ordenamento internacional representou otimismo para a autodeterminação do destino de boa parte da humanidade, aprofundou também a distância entre os estados “bem sucedidos” na sua coesão política, desenvolvimento industrial e tecnológico, e os estados e regiões inteiras do planeta “fracassados” por estarem incluídos na ordem.

Essa diferença nos processos de formação dos estados e de seus múltiplos desenvolvimentos fica estampada até a atualidade e precisa, pelo menos aqui, ser questionada. A caracterização de que o estado e a forma capitalista representam o fim das alternativas históricas e o próprio “fim da história” vai ser diretamente questionada pela experiência de organização, resistência e insurreição dos povos indígenas de Chiapas, no sul do México, e seu movimento zapatista de alcance mundial.

No presente trabalho, apresenta-se o projeto de pesquisa intitulado “O Movimento Zapatista como exemplo de Revolução Não Estadocêntrica”. A forma pela qual este trabalho foi metodologicamente organizado serve para entender-se a relação entre a construção de uma autonomia à parte do estado e o seu necessário anticapitalismo. Propõe-se expor reflexões e debates a respeito de como se deu a história de luta do movimento zapatista; de suas características que tornaram possível a vitória da insurreição em Chiapas; de seus aspectos organizacionais, autogestionários e influências culturais; e, por fim, da proposta zapatista como alternativa ao capitalismo global.

Para conduzir o debate adiante, será necessária a busca de um aporte teórico de textos e artigos que discorrem sobre diversos pontos da luta zapatista, sobretudo da luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Dentre tais escritos, as principais fontes de informação utilizadas na metodologia desta pesquisa foram os artigos “A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles”, de Raúl Ornelas; e “A luta pela terra na cosmopolítica do movimento zapatista”, de Ana Paula Massadar Morel. Outro recurso importante de estudo foi o endereço eletrônico oficial do EZLN, que expõe sua visão, missão e outras características primordiais para o entendimento do movimento.

2 BREVE INTRODUÇÃO AO MOVIMENTO ZAPATISTA

O zapatismo é um movimento organizado inicialmente em Chiapas, no sul do México e cuja aparição em uma insurreição armada em 1994 projetou a luta dos povos indígenas da região, majoritariamente pertencentes às etnias ch’ol, tzotzil, tzeltal e tojolabal em escala mundial. O levante zapatista foi uma reação às

péssimas condições de vida dos povos indígenas e às elites Mexicanas, dada a assinatura pelo governo mexicano do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que visava estabelecer relações de comércio mais intensas entre os três países da América do Norte. A ameaça aos seus meios de vida, ao controle de seus territórios e à mercantilização das terras com a entrada do México em um bloco comercial junto a dois dos países mais ricos do mundo (o Canadá e os Estados Unidos) expressava para essas comunidades indígenas e camponesas, com histórico de lutas por reforma agrária, autonomia comunitária e acesso à terra desde a Revolução Mexicana no início do século XX, um chamado à luta e ao resgate do legado do insurgente Emiliano Zapata (1879-1919)

A assinatura de tal tratado representava a incorporação das terras dos camponeses e de seus recursos do campo ao mercado financeiro e às empresas transnacionais no México, levando, consequentemente, à tomada progressiva de terras de povos indígenas, que usavam a pouca autonomia territorial conquistada em lutas passadas para a agricultura de subsistência. Os camponeses do país, então, não se viam com uma alternativa diferente de se organizar para dar voz a uma revolta que seria, inclusive, repercutida internacionalmente.

Em 1º de janeiro de 1994 o Palácio Municipal de San Cristóbal de las Casas, em Chiapas, é ocupado pelos indígenas, no que viria a ser o primeiro ato do movimento zapatista contra as condições de vida em que se encontravam. Armados e com suas reinvindicações prontas para serem exigidas, O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) declara guerra ao exército mexicano. Eis um exemplo de algumas de muitas leis revolucionárias que contestam o problema da desigualdade social marcada pela concentração de terra, que é típica do capitalismo:

> Expropriação de terras que excedam 100 hectares de má qualidade ou 50 hectares de boa qualidade, podendo os pequenos proprietários juntar-se à organização comunal, em cooperativas ou sociedades camponesas.
> As terras concedidas aos camponeses sem posses serão propriedade coletiva.
> Parte das terras expropriadas se destinarão ao sustento de órfãos e viúvas de combatentes.
> Preservação de zonas de selva e reflorestamento.
> Os recursos naturais são propriedade do povo.

> Não serão cobrados impostos dos que trabalhem coletivamente. (ORNELAS, 2005, p. 12)

A resposta do governo foi imediata, quando no dia seguinte chega a San Cristóbal de las Casas o exército federal, porém ainda sem um conflito direto. Finalmente no dia 3 do mesmo mês, começam as hostilidades bélicas entre o governo mexicano e os zapatistas, estes últimos tendo muitas baixas depois de horas do primeiro conflito direto. Para apaziguar perguntas e justificar a violência que o resto da população do país estava indagando sobre o sangue derramado, o então presidente Carlos Salinas de Gortari anuncia publicamente no dia 6 que não se tratava de um levante indígena, negando a origem do movimento e culpando estrangeiros pela tomada do palácio.

Em 16 de janeiro, Salinas se pronuncia novamente em resposta às demandas populares de um cessar-fogo que resultaria no primeiro diálogo entre as duas partes a partir do dia 20, ainda em janeiro. Surgem, então, negociações que acalmam as ânsias bélicas da região e que dão início a uma disputa política da terra com argumentos desenvolvimentistas, de um lado, e anticapitalistas, de outro. No entanto, quando em março de 1994 morre Luis Donaldo Colosio, candidato por um partido de direita para as eleições presidenciais daquele mesmo ano, as tensões voltam a tomar lugar no diálogo pacífico, levantando alerta dos dois lados.

Tal corrida presidencial resulta na eleição de Ernesto Zedillo, substituto de Colosio, pelo Partido Revolucionário Institucional, que promete paz e diálogo na questão indígena de Chiapas. Em resposta, o EZLN expressa publicamente que não acredita no discurso do novo presidente, pois já haviam acreditado na política, que estava desgastada.

A partir destas palavras, em 23 de dezembro, o EZLN avança para além da demarcação previamente estabelecida pelo exército federal, ocupando diversos municípios do estado. Essa ocupação deu início ao que mais pra frente será citado neste trabalho como “Municípios Autônomos”, entidade fundamental da autogestão. Como resposta ao avanço, em 9 de fevereiro do ano seguinte, o presidente eleito acusa o movimento indígena de terrorismo. Neste mesmo discurso, Zedillo revela a descoberta da suposta identidade do Subcomandante Marcos, que estava a frente

de muitos posicionamentos, entrevistas e referências dos ideais da resistência zapatista, como, por exemplo, quando ele diz que:

> Ter conseguido sobreviver em condições de perseguição, hostilidade e pobreza que poucas vezes podem ser encontradas na história do mundo. Não apenas isso. Os Conselhos Autônomos conseguiram levar adiante, com o apoio fundamental das "sociedades civis", um trabalho titânico: construir as condições materiais para a resistência" (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte, apud ORNELAS, 2005, p. 6)

Esses atos de perseguição foram vistos com maus olhos pelos zapatistas, pois já se sabia do histórico do que acontecia com ativistas indígenas, ambientalistas e sindicalistas no sul do México quando eram expostos. Seguindo adiante, em 1º de setembro de 1996, quando num discurso de carácter oficial Zedillo não se dirige diretamente para a causa indígena e nem aos acordos de San Andrés, os zapatistas recuam das mesas de negociação, mais uma vez interrompendo o diálogo e aumentando a tensão no estado. A partir deste período, outra ameaça se torna eminente para os zapatistas, além da fome, das más condições de moradia, e do próprio governo: os paramilitares. Em 22 de dezembro do ano seguinte, o crescimento de tal grupo hostil à causa levou ao assassinato de 45 simpatizantes do movimento.

Esse cenário contribuiu para que o governo iniciasse uma campanha de ocupação de Chiapas por militares em 1998, que pretendia avançar até os Municípios Autônomos, iniciando uma nova etapa do conflito, e, consequentemente, atestando um clima de guerra para as comunidades. Como forma de resistência, as bases de apoio ao EZLN se rebelam contra a ocupação dos municípios, dessa vez tendo as mulheres como símbolo de luta. Desde 1994, as mulheres tinham exigências específicas no levante, chamadas de "Lei Revolucionária das Mulheres", que as dava o direito de decidir quantos filhos ter e o direito de poder participar da vida política e militar (ORNELAS, Raúl, 2005, p. 12).

Com a mudança de chefe de Estado em 2000, o presidente Vicente Fox parece querer reestabelecer o diálogo com o EZLN, que o dá três condições para

tanto, aceitas pelo governo logo em seguida: o cumprimento dos acordos de San Andrés; a liberação de zapatistas presos; e a desmilitarização. Finalmente, depois de dois anos e de uma incansável luta, em 31 de dezembro, o exército que havia se instalado em Chiapas se retira do estado, permitindo que os zapatistas retomem as negociações com o governo federal. No entanto, apesar da retirada dos militares de sete acampamentos zapatistas, não houve desmilitarização.

Em abril de 2001, a Câmara de Senadores vota a “Lei indígena” que não dá o reconhecimento da autonomia dos municípios controlados pelo EZLN, não reconhecendo suas formas de organização e de manejo de recursos naturais. Em outras palavras, foram deixados de lado os pontos do acordo de San Andrés, assinado em 1996, que pedia justiça e igualdade para os mais pobres do país; e que também era sobre o reconhecimento da autonomia indígena em caráter constitucional. Dessa forma, as negociações entre governo e zapatistas deram novamente um passo para trás, o que resultaria, como já visto em outros momentos desse conflito, no aumento de violência da região e na ressurreição de forças paramilitares hostis aos indígenas.

Em meio às suspeitas de fraude durante e após a campanha, as eleições de 2006 terminam com a ascensão de Felipe Calderón ao poder. O presidente eleito pelo Partido Acción Nacional (PAN) militariza o país e se apoia no exército para difundir seus discursos e ideais, acentuando o conflito com indígenas. Como resposta, os zapatistas são levados a intensificar sua atenção para o desenvolvimento da autogestão, com ou sem o apoio do governo federal.

3 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA AUTOGESTÃO ZAPATISTA EM CHIAPAS, MÉXICO

Inicialmente cabe destacar que as formas da autogestão no âmbito das comunidades indígenas do sul do México antecedem o colonialismo e o avanço das formas de Estado e controle capitalista sobre diversos territórios. Como enfatiza Quijano:

> O capital existe única e exclusivamente como eixo dominante de articulação de todos os restantes modos de produção conhecidos, e nunca existiu de outro modo, nem poderia desenvolver-se e tornar-se dominante. Assim, “capitalismo” é um termo que designa o conjunto do sistema de articulações dos modos de produção sob a dominação do capital. (2002, p. 472)

É preciso entender que o que existe como proposta ao não capitalismo, à não exploração de povos indígenas e à não destruição do meio ambiente nas comunidades indígenas camponesas em Chiapas se dá em uma relação muito distinta da que se encontra no Ocidente, antes do colonialismo chegar à região. A terra não é apenas onde se planta, colhe ou se vende à agroindústria, mas parte de integral da vida coletiva, comunitária e dos processos de individuação. Ela diz de onde você vem, conta sua história e dá vida ao seu presente. Morel explica como se desenvolvia o embate do que se entendia por terra pelo governo mexicano em relação ao entendimento dos indígenas zapatistas pela mesma palavra:

> O que definia a extensão da terra eram as necessidades a partir do trabalho desenvolvido por cada família e na maioria das vezes não parecia necessário estabelecer um limite preciso. Vemos como em termos econômicos-jurídicos, a terra não se define pelo enquadramento estatal, como espaço homogêneo geométrico, fechado por fronteiras definidas pelo direito nacional. Tampouco se define como mercadoria, quer dizer, objeto alienável de transações individuais. (2019, p. 5)

Dizer isso de forma clara se torna necessário ao passo que se entende que a rejeição do Estado não é uma máxima recente ou uma novidade contemporânea, mas sim uma defesa às formas autônomas de organização política dos povos indígenas sobreviventes e imanentes ao logo da colonialidade de poder e da inserção do México no capitalismo mundial, além da vida comunitária, das culturas e das línguas indígenas, etc. Não só um “retorno”, um aspecto relevante do movimento zapatista é postular também uma dimensão política em escala global, partindo de povos oprimidos por outra forma de globalização.

Quando se pensa em alternativa ao capitalismo, ao contrário do que mentalidades estreitas possam disso imaginar, não se trata necessariamente, ou exclusivamente, de uma reprodução do modelo soviético e formas similares de

Estado. As pautas do movimento zapatistas têm, de fato, certa semelhança com alguns pontos da luta pelo comum (comunismo), assim como muitas diferenças com as suas experiências mais concretas, mas isso será tratado mais profundamente na seção seguinte. Para esta seção, nos dedicaremos ao que se propõe como alternativa de vida social, de organização política e, principalmente, de trabalho.

O primeiro ponto a ser explicitado consiste num histórico de sobrevivência, miséria e retaliação do governo federal mexicano, um processo longo e muito bem descrito por Raúl Ornelas:

> (...) a autonomia não é apenas, nem principalmente, um projeto político, mas um *processo de criação autogestiva da vida social* nestas comunidades: seus maiores méritos residem em "ter conseguido sobreviver em condições de perseguição, hostilidade e pobreza que poucas vezes podem ser encontradas na história do mundo. (2005, p. 6)

Para além dos diversos ataques que as comunidades indígenas sofreram do governo mexicano, sobretudo após o levante em 1994 e as progressivas trocas de chefe de Estado no México que influenciam diretamente as políticas públicas relacionadas aos indígenas do país, é fundamental destacar que, mesmo diante desse cenário desfavorável de subjugação e sobrevivência, a organização administrativa zapatista fortaleceu suas bases locais após a insurreição. O movimento avançou também para formas de organização concreta e para a criação de novos conceitos associados à produção, a já existente rotatividade do trabalho, que permite às pessoas trabalhar em diferentes setores e que impede (inclusive em forma de punição) o enriquecimento ilícito de indivíduos:

> No que se refere à relação com as comunidades zapatistas, o "mandar obedecendo" foi aplicado sem distinção. As autoridades devem certificar-se de que sejam cumpridos os acordos das comunidades, suas decisões devem ser informadas regularmente, e o "peso" do coletivo, junto com o "passa a voz" que funciona em todas as comunidades, convertem-se em um vigilante do qual é difícil escapar. Ainda sim, ocorrem casos de pessoas que pretendem burlar isto e corromper-se, mas não vão muito longe. É impossível ocultar um enriquecimento ilícito nas comunidades. O responsável é punido, sendo obrigado a realizar trabalho coletivo e a repor à comunidade o que tomou indevidamente. Quando a autoridade se desvia, se corrompe ou, para usar um termo daqui, "está ociosa", é removida do

> cargo e uma nova autoridade a substitui. (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte, apud ORNELAS, 2005, p. 9)

Dois conceitos associados a produção no campo são relevantes para o entendimento da vida laboral do camponês no México: as milpas; e as fincas. A milpa seria o equivalente ao que entendemos como roça, ou melhor, terra de plantio de subsistência; já a finca "era um sistema implantado no campo que se fundava em uma relação de trabalho baseada na dívida dos indígenas e camponeses, tendo como figura centralizadora do poder os *finqueros*, os latifundiários." (Morel, Ana Paula, 2019, p. 8).

Para entender melhor a realidade do trabalho zapatista, observamos as palavras de Morel sobre o assunto:

> Os zapatistas têm, em geral, um duplo trabalho: o trabalho na *milpa* da família, de onde provém parte fundamental de seu alimento, e o trabalho coletivo. Esse trabalho coletivo pode ser tanto em uma *milpa* coletiva, geralmente há uma em cada comunidade, como também podem cumprir algum cargo como autoridade autônoma, promotor de educação, saúde, etc. O trabalho coletivo é um dos principais fundamentos da organização da vida zapatista e depende da terra para acontecer. (2019, p. 6)

"Mandar obedecendo" é o lema que alicerça a realidade do trabalho coletivo acima citado, que também diz respeito a obedecer regras mesmo estando num cargo superior ou de supervisão. As pessoas são levadas a participar dos mais diversos ofícios, manual ou organizacional, o que gera um maior entendimento de como funciona a sociedade como um todo. Estar presente, mesmo que por um período fixo, e talvez pequeno, em outras esferas da sociedade esclarece o indivíduo sobre qual seria a melhor decisão política para uma dada situação. Compreender essa forma de organização laboral permite, por fim, que sigamos para o próximo ponto a ser tratado, o campo da política.

Os conhecidos Municípios Autônomos, como são chamadas as áreas dominadas pelos zapatistas que exigem uma autogestão, são 43 territórios controlados por eles, um lugar de autonomia que desafia não só o governo federal

do país, mas também a forma organizacional dos Estados capitalistas tradicionais. É posto em xeque, por exemplo, a democracia representativa como forma de estrutura política única. Aqui, estamos falando da politização da política, de um questionamento da democracia vigente, partindo de uma crítica de base autocomunitária e indígena, sobre as formas de representação tradicionais do Estado Mexicano, até então raramente contestadas em sua essência.

Pode-se entender melhor a política da região quando falamos do desenvolvimento progressivo da autogestão, que precisa ser adaptada e revista constantemente. Em 2003 o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tornou público o que os Caracoles e as Juntas de Bom Governo, espécies de entidade administrativa, teriam como função no processo de construção da autogestão:

> Os Caracoles são as sedes das Juntas de Bom Governo, novas instâncias de coordenação regional e lugares de encontro das comunidades zapatistas e da sociedade civil nacional e internacional. Da mesma forma que os municípios rebeldes, as Juntas de Bom Governo são integradas por “um ou dois dos delegados de cada Conselho Autônomo”, de modo que se preserva o vínculo direto com as comunidades. (ORNELAS, Raúl. 2005, p. 15)

Uma comunidade ou cidade pequena facilita a construção de uma democracia direta, ou seja, uma democracia em que os indivíduos, membros de uma comunidade, decidem a respeito de mudanças ou permanências de ações, lutas e programas políticos sem o intermédio de um representante. A chave do arranjo político zapatista é a sua fundação com base em um horizonte político coletivo e de base territorial comunitária indígena. Além de uma questão de escala, em que uma comunidade relativamente pequena (quando comparada às grandes metrópoles internacionais) poderia tomar decisões políticas locais com baseada nos interesses propriamente coletivos da sua população, a experiência da organização zapatista tem como objetivo essa expressão do poder comunitário indígena e mesmo sua projeção para transformar a política mundial.

As pessoas são capacitadas a participar de uma democracia direta a partir do conceito previamente discutido, de rotatividade do trabalho:

> Diferentemente do que acontece nos espaços políticos “ocidentais”, nas comunidades indígenas não existe separação entre os temas que ali são tratados: as questões do trabalho são atendidas juntamente com os assuntos religiosos, com as questões relativas à luta e às relações com outras comunidades, etc. Do mesmo modo, não existe uma “profissionalização” dos papéis: de maneira rotativa, a maioria dos habitantes da comunidade ocupam um “cargo”. (ORNELAS, 2005, p. 8)

Os espaços de aprendizagem, autodeclarados como escolas rebeldes, são exemplos vivos de como o ensino cumpre um papel fundamental de formação dos indivíduos. Aprende-se o valor da terra, que não é apenas uma mercadoria como propõe o capitalismo; a relevância da religião dos indígenas, que constitui um elemento essencial nos costumes e na cultura da região; e o senso do coletivo, diretamente ligado à vida social e ao trabalho. Como prova, existem inúmeros artigos e relatos em plataformas digitais de como uma curta passagem por esses espaços mudaram radicalmente a visão de pessoas citadinas sobre o movimento e a autogestão. Além de acessar outras formas de saber e educação, as pessoas que passam por essa experiência são transportadas pelos próprios zapatistas, mais especificamente pelo EZLN. As escuelitas zapatistas oferecem cursos e recebem alunos de todo o planeta desde 2013. Logo em seu ano de inauguração foram mais de 1700 alunos.

Afirma-se assim uma diferença fundamental entre a proposta de autogestão zapatista e do sistema mundial vigente no que diz respeito à manutenção do meio ambiente, à justiça social, à política local, e, por fim, ao significado de trabalho. Para terminarmos essa seção e começarmos a falar sobre anticapitalismo, é necessário apreender a atuação do EZLN citado acima. Ele garante, desde o início do levante, que os zapatistas possam defender suas terras, famílias e valores culturais. No entanto, é possível fazer uma comparação entre o que o EZLN representa para os indígenas e o que o próprio Estado burguês representa para sua população, tendo ambos o monopólio da força em sua dimensão de domínio. Este último compete pelo poder federal mexicano; e o primeiro, por outro lado, se desinteressa por tal luta:

> Estabelecer-se a si mesmo como parte –e apenas *uma* parte– da transformação social é o que explica a postura do EZLN de não buscar o poder. Se o horizonte é o "mundo onde caibam muitos mundos", não é possível que um único ator –nem um pequeno número de atores– encarne o conjunto da transformação social. (ORNELAS, 2005, p. 29)

A possível influência de hierarquias e formas de defesa militar do EZLN, próximas as contradições da estratégia leninista e da 'ditadura do proletariado' nas comunidades locais, poderia ter um impacto anti-democrático e opressivo aos indígenas, sendo constantemente revista e atualizada na prática pelo EZLN em sua preocupação em refletir sobre suas influências locais e a não imposição de comandos militares tradicionais, mas sim entender que seus membros são parte de uma construção coletiva, de revolução e das muitas autonomias na prática.

4 O ANTICAPITALISMO

O capitalismo global e suas formas de Estado expandem-se como formas únicas e absolutas de organização social, e seus principais agentes tentam, muitas vezes através da violência, sabotar ou exterminar qualquer alternativa no sistema mundial que limitem a acumulação de riqueza. Dessa forma, a experiência zapatista acontece às margens da inserção subordinada ao capitalismo e às elites mexicanas, que por sua vez, assim como em qualquer periferia do capitalismo subdesenvolvido, exploram verticalmente a população local.

Nesse âmbito cabem algumas comparações com a leitura tradicional do socialismo proposto por Marx e do legado Marxista Internacional, já que esse campo também postula uma visão crítica e de transformação das hierarquias da economia política mundial.

Desde a queda da União Soviética, em 1991, a vitória simbólica do capitalismo no mundo teceu um imaginário ideológico na sociedade de que não há alternativa ao sistema vigente. "There is no alternative" (TINA) é o lema neoliberal popularizado por Margaret Thatcher na década de 80, período de declínio da URSS, e tinha por objetivo desmotivar a esperança de alguma mudança social definitiva.

Via-se, até a visibilidade do movimento zapatista, um mundo tediosamente desigual, sem perspectiva de revolução no horizonte ou futuro que levasse em conta as demandas da classe trabalhadora, análise pontuada por John Holloway ao discorrer sobre a América Latina:

> A amargura da história: com ela temos que viver. Como uma neblina cinzenta, penetra tudo. Como cientistas sociais, ou simplesmente como acadêmicos, estamos especialmente atingidos. A desilusão se filtra em nosso modo de pensar, nas categorias que usamos, nas teorias que adotamos. (2003, p. 1)

O levante de 1994 se insere, então, num cenário de capitalismo hegemônico não apenas como uma revolução das relações de classe e da vida social, mas surge também como uma alternativa à própria via revolucionária tradicional: “não estamos propondo uma revolução ortodoxa, mas algo muito mais difícil: uma revolução que torne possível a Revolução” (Subcomandante Insurgente Marcos, 1995, apud Ornelas, Raúl, 2005 p. 27). O zapatismo propõe um modo de vida para além da política Estadocêntrica (HOLLOWAY, 2002, p. 4) e do próprio Estado, uma entidade que perdura há séculos e que foi, ao longo dos anos, naturalizada pelas relações sociais, econômicas e administrativas. Aliás, o zapatismo materializa sua proposta, se opõe declaradamente ao capitalismo quando, por exemplo, recusa a ideologia que prega o incentivo ao consumo:

> É diferente da vida oferecida pelo capitalismo e pelo governo, onde todos devem seguir o mesmo caminho que não pode ser violado. O caminho oferecido pelo ‘*mal gobierno*’ está ligado aos programas assistenciais e ao incentivo ao consumo, em que as famílias recebem cestas básicas e/ou quantias em dinheiro. Os zapatistas comentam como esses programas assistenciais são prejudiciais aos povos, pois cortam sua ligação com a terra. (MOREL, Ana Paula Massadar, 2019, p. 10)

O movimento se recusa também a um individualismo radical e crescente dos últimos anos, fruto das novas formas de liberalismo, que é contraposto pelo senso do coletivo (mencionado na seção anterior) nutrido pelos zapatistas. Uma das formas de manifestação contra o individualismo é o próprio uso de máscaras em

seus atos, numa tentativa de se assemelharem uns dos outros. Em suma, despersonalizar os agentes do movimento é em si um ato anticapitalista.

No que se refere a semelhanças com o socialismo, pode-se apontar a coletivização dos meios de produção (que não são limitados assim pelos zapatistas, uma vez que a terra tem um significado simbólico e religioso); a supressão das classes sociais, tendo a proibição tanto da exploração como do enriquecimento de indivíduos; e, em última instância, ao que Ornelas sugere como proximidade ao marxismo, alegando que “a construção do EZLN está marcada em seus inícios pela presença de uma organização marxista-leninista com um projeto de caráter político-militar” (2005, p. 27). No entanto, o desenvolvimento da insurreição e o contato com os indígenas levou o zapatismo a se renovar e a se distanciar da via mais tradicional de interpretação do marxismo, principalmente no tocante a defesa do Estado e da ‘ditadura do proletariado’ como forma de conduzir os processos revolucionários. Tal diferença fica ainda melhor ilustrada quando tomamos de exemplo os diálogos feitos (ou suas tentativas) entre o governo mexicano e os zapatistas, descritos na primeira seção desta pesquisa.

Outra diferença material seria o do ponto de vista da vivência revolucionária. A descrição das contradições do capitalismo e a previsão de um futuro socialista, mais igualitário, teve uma contribuição singular para muitas revoluções no mundo, como a Revolução Russa em 1917; a Revolução Chinesa em 1949; a Revolução Cubana em 1959, a Guerra do Vietnã de 1955 a 1975, entre outros conflitos armados relacionados às lutas de libertação nacional nas Américas, na África e na Ásia; também inspirou outros escritos anti-capitalistas, muitas vezes tidos como ‘neomarxistas’, como a teoria do sistema mundo sobre centralidade, semiperiferia e periferia (de Wallerstein) e as teorias dependentistas fomentadas no século passado (produzidas fora dos polos tradicionais do capitalismo, tal como na América do Sul)

O Zapatismo escreve sua história revolucionária em diálogo crítico com essa tradição, enquanto a vive e a desenvolve suas próprias com um horizonte de futuro. O Subcomandante Marcos, por exemplo, já citado nesta pesquisa como importante figura produtora de referências, encabeça a revolução, se pronuncia publicamente enquanto seu povo e ele mesmo lutam pela vida. Não se fala aqui de uma produção

de conhecimento à parte do objeto de estudo, os indígenas mexicanos vivem e escrevem sua própria história:

> “Tratar o zapatismo como objetivo da investigação seria violentar os zapatistas, seria negar-se a escutá-los, força-los dentro das categorias que estão desafiando, impor-lhes a desilusão contra a qual estão em revolta.” (HOLLOWAY, 2005, p. 7)

Não precisamos, portanto, descrever intenções e interesses dos indígenas zapatistas de uma perspectiva de fora do movimento, ou dizer o que lhes é necessário, isso seria repetir um erro colonizador saturado pela História. Não é prudente, assim sendo, nomear o que fazem com um termo pré-existente, enquadrá-los em algum conceito ocidental, ou descrevê-los a partir de nossos entendimentos, eles o fazem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto na primeira seção deste trabalho, a luta zapatista está inserida em um cenário global marcado por opressões de Estado para Estado, no caso das relações de submissão do México aos Estados Unidos no âmbito do NAFTA, e como se encontra a relação das elites e do governo mexicano com os indígenas, trabalhadores e outras classes da sociedade. Se o governo federal mexicano tivesse como preocupação primordial o bem estar de seu povo, certamente a primeira movimentação oficial, naquelas determinadas as circunstâncias, não seria a via da repressão militar.

O zapatismo, finalmente, não configura um grupo separatista como se poderia interpretar erronaneamente, mas sim um movimento de emancipação de um Estado-nação burguês que oprime a população local; e também um movimento com um horizonte de inserção nas lutas mundiais anticapitalistas, como foi mostrado anteriormente.

A repressão ao movimento zapatista em Chiapas representa uma violência capitalista da não aceitação de outros modos de vida social. Não se trata apenas de

dominação cultural, em que nas sociedades consumistas se forjam individualidades submetidas a tal lógica em sua socialização dominante, mas sim do extermínio bélico e estratégico de alternativas coletivas. A seção sobre autonomia dessa pesquisa esclarece as possibilidades de uma autogestão concreta e em vivo progresso.

Talvez o discurso de Thatcher seja mais uma palavra de ordem que uma máxima ideológica: não há alternativa porque elas são assassinadas, apagadas e subjugadas. Esta é a ideia que quer ser vendida desde a explosão do neoliberalismo. Sabe-se, no entanto, que temos alternativas para a exploração e para a desigualdade social, a que foi exposta nesta pesquisa é apenas uma, outras já existiram, existem ou ainda estão por vir.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Fábio Márcio; JESUS, Graziela Menezes de. **Territórios autônomos zapatistas**: esboços de uma geografia alternativa. AGRÁRIA, São Paulo, nº 19, p. 158-195, 2013

BRANCALEONE, Cássio. **Teoria Social, Democracia e Autonomia:** uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista. 1 ed. – Rio de Janeiro : Beco do Azougue, 2015

Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Enlace Zapatista**. Disponível em: https://enlacezapatista.ezln.org.mx. Acesso em: 22, maio, 2021.

HOLLOWAY, John. O zapatismo **e as ciências sociais na América Latina**. Revista Novos Rumos; nº 36 (17), 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Tradução Antonio Carlos Braga, São Paulo: Lafonte, 2012.

MOREL, Ana Paula Massadar. **A luta pela terra na cosmopolítica do movimento zapatista.** Revista Estudos Libertários (REL), UFRJ, VOL.1, 2019.

MOREL, Ana Paula Massadar. **Lekil kuxlejal: Bem viver na saúde autônoma do movimento zapatista.** Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde (Reciis)**,** 2019.

ORNELAS, Raúl. **A autonomía como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles.** *En publicacion: Hegemonias e emancipações no século XXI*. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005. ISBN: 987-1183-20-8

QUIJANO, Aníbal. **Sistemas alternativos de produção?** In SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida de espírito**. *Gesamtausgabe*. Frankfurt: M; tradução de Leopoldo Waizbort Suhrkamp: vol. 7. pp. 116-131, 1995.

VITALI, Marcela Araújo**. Literatura rebelde zapatista: a produção e a escrita do Subcomandante Insurgente Marcos**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, nº 17, p. 189-213, jul./dez. 2014

ZYGMUNT, Bauman. **Capitalismo Parasitário**, 1925. Tradução Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar, 2010.